

política

Aprovada recriação da Secretaria das Mulheres

Texto prevê que sejam criados 28 cargos na estrutura da pasta

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Os deputados estaduais aprovaram, por unanimidade, na sessão de ontem - com 45 votos favoráveis - a recriação da Secretaria Estadual das Mulheres do Rio Grande do Sul. O projeto vinha sendo discutido desde julho, quando o governo Eduardo Leite (PSDB) protocolou essa e mais nove matérias na Assembleia Legislativa. O pacote de propostas do Palácio Piratini foi protocolado em regime de urgência - e passam a trancar a pauta do Parlamento gaúcho a partir de hoje.

A pasta das Mulheres foi criada durante a gestão do ex-governador Tarso Genro (PT, 2011-2014) e extinta durante a administração José Ivo Sartori (MDB, 2015-2018). Após apelos de parlamentares e entidades da sociedade, o governador Eduardo Leite (PSD) concordou em recriar a secretaria.

“São raras as vezes que subimos à tribuna para falar de forma convergente”, disse o líder do governo Frederico Antunes (PP) na tribuna da Assembleia. Ele disse que “tão logo o governador Eduardo Leite recebeu o documento assinado por quase a totalidade dos parlamentares dessa casa (pedindo a reinstituição da Secretaria das Mulheres), chamou as deputadas para apoiar a ideia de reativarmos a pasta”.

Uma das discordâncias em relação ao texto estava relacionada à criação de 28 cargos de comissão e funções gratificadas para a Secretaria das Mulheres.



Parlamentares acolheram unanimemente o projeto durante a sessão

Os deputados Felipe Camozatto (Novo) e Gustavo Vitorino (Republicanos) chegaram a protocolar uma emenda ao projeto que, em vez de criar novos cargos para a pasta, realocava 28 cargos já existentes na administração estadual.

A justificativa seria que o governo Sartori não teria extinguido os cargos comissionados da pasta, apenas os transferido para a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - que assumiu as políticas voltadas para as mulheres naquela ocasião. De qualquer forma, os parlamentares aprovaram apenas o texto original.

Segundo a justificativa do poder Executivo, “a nova secretaria surge como resposta à crescente complexidade e abrangência das iniciativas já em curso, que envolvem desde o enfrentamento à violência até a promoção da autonomia econômica e da saúde integral das mulheres.

Em 2025 foram previstos mais de R\$ 191 milhões em ações relacionadas a políticas públicas voltadas às mulheres, sendo imprescindível que haja uma instância central capaz de gerenciar esses recursos com eficiência, transparência e foco em resultados”.

Um dos nomes mais cotados para assumir o cargo de secretária é a deputada estadual Dele-gada Nadine (PSDB), que já teve conversas com o governador sobre o tema. Ela não descarta assumir a pasta, mas deixa claro que ficaria no cargo até abril - quando teria que abandonar o Executivo para concorrer à reeleição ao Legislativo estadual no pleito de 2026.

“Não nego que sou pré-candidata a deputada estadual. Mas, no que eu puder ajudar na secretaria, eu vou ajudar, até porque a questão das mulheres sempre foi uma das minhas bandeiras na segurança pública”, comentou Nadine.

Moraes manda PF monitorar Bolsonaro 24 horas por dia

/ STF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o monitoramento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em tempo integral pela Polícia Federal (PF).

O ex-presidente está em prisão domiciliar em Brasília. Segundo a decisão, equipes devem ficar de prontidão no endereço.

Moraes usa como justificati-

va a proximidade do julgamento da trama golpista. Bolsonaro e outros sete réus do “núcleo crucial” do plano de golpe vão começar a ser julgados na próxima semana na Primeira Turma do STF.

A decisão menciona ainda a minuta de pedido de asilo político encontrada no celular do ex-presidente, o que gerou um temor sobre a possibilidade de fuga. A defesa nega que Bolsonaro tenha cogitado deixar o Brasil.

Em parecer enviado ao STF, a procuradoria-Geral da República (PGR) se mostrou favorável ao reforço no policiamento. O procurador-geral Paulo Gonet defendeu “o monitoramento em tempo real” das medidas cautelares impostas do ex-presidente, “adotando-se o cuidado de que não sejam intrusivas da esfera domiciliar do réu, nem que sejam perturbadoras das suas relações de vizinhança”.

CPMI define lista de ex-ministros e ex-presidentes do INSS para depor

/ CONGRESSO NACIONAL

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aprovou ontem o convite de todos os ex-ministros da Previdência, de 10 ex-presidentes do INSS e de diretores de associações que fizeram descontos em benefícios de aposentados citadas nas investigações.

O governo comemorou o acordo para blindar Frei Chico, que é dirigente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) e irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Governo e oposição também concordaram em não convidar Paulo Guedes. Entre 2019 e 2021, o Ministério da Previdência foi extinto e suas atribuições foram deslocadas para uma secretaria especial vinculada ao Ministério da Economia, chefiado por ele no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Em razão dessa interpretação, outros dois ministros da Fazenda (Henrique Meirelles e Eduardo Guardia) durante o governo de Michel Temer (MDB) também foram poupados. Durante a gestão Temer, o ministério foi extinto e suas atribuições ficaram a cargo da Secretaria de Previdência, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Os requerimentos para os ministros foram transformados em convite, o que os desobriga a comparecer ao colegiado. Agora, o plano é estabelecer uma data para realizar as audiências - caso faltem, será pautada a convocação, que torna a presença obrigatória.

Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, Domingos Sávio de Castro e Maurício Camisotti, considerados pelo relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), como peças para operacionalizar a fraude, também foram convocados. Gaspar pretende ouvir pessoas ligadas ao INSS até a última gestão da petista.

A CPMI também pautou requerimentos de informação. A CPMI quer saber da CGU informações sobre o sistema interno e requisição de três credenciais com acesso amplo, documentos de auditorias

sobre descontos indevidos no INSS. Além disso, pediu dois servidores para apoio técnico investigativo.

Há também pedidos à Polícia Federal para ter acesso aos autos de inquéritos policiais sobre descontos fraudulentos no INSS e uma solicitação de apoio técnico de três servidores.

O colegiado também pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Procuradoria-Geral da República (PGR) acesso (com eventual quebra de sigilo) aos inquéritos que tratam sobre os descontos indevidos, à Defensoria Pública da União (DPU) informações sobre procedimentos envolvidos nesse episódio, ao Tribunal de Contas da União (TCU) documentos e auditorias, ao INSS, ao Ministério da Previdência e ao Conselho Nacional de Previdência Social acesso a processos administrativos e disciplinares desde 2015 sobre as fraudes.

O colegiado também aprovou requerimento de apoio à investigação do TCU, do Ministério Público junto ao TCU, do Banco Central, da Receita Federal e do Ministério Público Federal.

Depoentes

Ex-ministros convidados

- ▶ Carlos Gabas (2015)
- ▶ Miguel Rossetto (2015-2016)
- ▶ Onyx Lorenzoni (2021-2022)
- ▶ José Carlos Oliveira (2022-2023)
- ▶ Carlos Lupi (2023-2025)
- ▶ Wolney Queiroz (atual)

Ex-presidentes do INSS convocados

- ▶ Lindolfo Neto de Oliveira Sales (2012-2015)
- ▶ Elisete Berchiol da Silva Iwai (2015-2016)
- ▶ Leonardo de Melo Gadelha (2016-2017)
- ▶ Francisco Paulo Soares Lopes (2017-2018)
- ▶ Edison Antônio Costa Britto Garcia (2018-2019)
- ▶ Renato Rodrigues Vieira (2019-2020)
- ▶ Leonardo José Rolim Guimarães (2020-2021)
- ▶ Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano (2022-2023)
- ▶ Glaucio André Fonseca Wamburg (2023)
- ▶ Alessandro Stefanutto (2023-2025)